



A Análise de Discurso Crítica da Cobertura do Jornal O Estado de S. Paulo sobre a Previdência Social Brasileira¹

Rodrigo DUGNANI²

Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP

Bruna Lopes FERNANDES³

Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP

Resumo

Este artigo tem por objetivo avaliar a cobertura da Previdência Social brasileira do jornal O Estado de S. Paulo (OESP) a partir da análise de discurso crítica baseada no modelo tridimensional proposto por Fairclough (2008). A análise do discurso aqui promovida baseia-se em notícias, reportagens, artigos, entrevistas e editoriais veiculados nas páginas do jornal, entre os meses de novembro de 2006 e fevereiro de 2007, e reproduzidos na edição on-line do OESP. Ao contemplar a questão da hegemonia e da ideologia, é possível perceber as ideias neoliberais desse jornal que, direta ou indiretamente, propõe a implantação de um sistema previdenciário de caráter mercadológico. Este estudo, portanto, possibilita compreender como o OESP se posiciona para defender determinadas propostas, sendo agente propagador de um pensamento claramente ideológico.

Palavras-Chave: Análise do Discurso Crítica; Previdência Social; OESP.

Introdução

A partir de uma análise de discurso crítica, o objetivo central deste artigo é mostrar que o jornal OESP possui posições neoliberais bastante específicas e contundentes a respeito da Previdência Social brasileira. Este artigo se divide em duas seções. Inicialmente, são apresentadas informações importantes para se compreender as posições antagônicas presentes no debate entre os defensores do Estado Social e do Estado mínimo e para se entender o embasamento teórico das posições neoliberais do jornal OESP no que diz respeito à Seguridade Social e Previdência brasileira. Em seguida, este artigo analisa a cobertura da edição on-line do OESP, entre os meses de novembro de 2006 e fevereiro de

¹ Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando em Economia e pós-graduado em Jornalismo Econômico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Faculdade Integrada Alcântara Machado (FIAM), email: dugnani@yahoo.com.

³ Graduanda em Letras-Inglês pela Universidade de Sorocaba (UNISO); membro do PROVIC (Programa Voluntário de Iniciação Científica), email: brunalfernandes@yahoo.com.br.



2007⁴, a partir do modelo de análise tridimensional do discurso proposto por Fairclough (2008), contemplando assim a questão da hegemonia e da ideologia, bem como a mudança social que pode ser promovida mediante o uso consciente da linguagem. Segundo Fairclough (2008, p. 201-202), a mídia muitas vezes transforma em “fatos” o que não passa de interpretações de eventos complexos e confusos e, ao utilizar modalidades objetivas, tornam essas perspectivas parciais em universalizadas⁵.

Os expectadores das diferentes formas de mídia são bombardeados diariamente por inúmeras informações, sendo parte delas transmitidas pela imprensa. O que muitos talvez não percebam é que, ao consumir informação, a sociedade entra em contato com uma linha de pensamento específico de cada veículo, de forma implícita ou explícita. Segundo Fonseca (2001), a imprensa representa uma das instituições mais eficazes na implantação de idéias no que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião, se caracterizando como fundamental aparelho privado de hegemonia, isto é, entidade voltada à propagação de ideias com vistas à obtenção do consenso acerca de determinada visão de mundo. O viés ideológico do jornalismo normalmente surge das idéias predominantes em cada momento. Na ideologia do jornalismo econômico influenciam as teorias ortodoxas em cada período. O traço ideológico mais geral e permanente desses padrões tem sido o da defesa da livre empresa na esfera econômica. Neste contexto de defesa das ideias hegemônicas, a grande imprensa brasileira, de uma forma geral, tornou-se defensora dos interesses de mercado na desestruturação da Seguridade Social, mediante divulgação de uma agenda neoliberal, principalmente a partir de mudanças profundas na Previdência Social.

Essas considerações sobre a imprensa podem ajudar na compreensão da íntima relação entre OESP e a visão de mundo neoliberal. Secularmente, OESP caracteriza-se por defender posições liberais/conservadoras e tradicionalistas. Sua visão de mundo vincula a liberdade, sobretudo de mercado, com a defesa da ordem e da hierarquia social. OESP “caracteriza-se por requerer uma economia liberal. (...) insiste dogmaticamente caber à iniciativa privada o papel de produzir riquezas. Ao Estado caberia por um lado uma

⁴ A análise do discurso se limitará aos textos escritos (reportagens, entrevistas, artigos, editoriais e notícias) e reproduzidos na edição on-line do OESP, desconsiderando-se as formas como as manchetes, fotos e ilustrações foram veiculados nas respectivas edições impressas. Os textos selecionados foram publicados no Primeiro Caderno e na editoria de Economia. Apesar do corpus da pesquisa ter sido publicado há mais de dois anos, esse assunto continua sendo amplamente debatido pela imprensa.

⁵ Ao tornar-se meio de manipulação ideológica, a imprensa foi se transformando em grande empresa, acompanhando as dinâmicas do modo capitalista de produção. Atualmente, “(...) seria difícil pensar o capitalismo sem imprensa (...), da mesma forma que seria impossível pensar uma imprensa sem capitalismo.” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 12). No entanto, “o modo de pensar estritamente ideológico (...) é antijornalístico porque prescinde dos fatos, que são os fundamentos do jornalismo.” (KUSINSKI, 1996, p. 183).



postura suplementar no que diz respeito ao seu papel como agente econômico.” (FONSECA, 2001, p. 100). Como forma de defender esta visão de mundo, OESP utiliza suas estratégias retóricas e de formação de imagens específicas para propagar as suas convicções doutrinárias e ideológicas. Assim sendo, a análise da cobertura do OESP mostra como esse veículo de comunicação se posiciona sobre a Previdência Social brasileira. A abordagem do OESP sobre esse tema é vinculada à suposta necessidade de reforma do sistema previdenciário, reproduzindo uma opinião geral de que o “déficit”⁶ da Previdência inibe o crescimento econômico do país. Através da veiculação de editoriais, artigos de opinião, notícias, entrevistas e reportagens, esse jornal, direta ou indiretamente, propõe a implantação de um sistema previdenciário de caráter mercadológico, expressando claramente uma visão neoliberal⁷ da Seguridade, ajudando a enfraquecer a noção de Estado de Bem-Estar Social⁸.

A Seguridade Social Brasileira e a Questão Previdenciária

A Seguridade Social no Brasil segue a trajetória realizada pelos sistemas de Proteção Social nos países desenvolvidos. Entretanto, o nível alcançado de cobertura e universalização é bastante inferior em comparação às garantias dadas pelos sistemas dos países centrais. As linhas gerais da Proteção Social no Brasil, válidas até hoje, foram estabelecidas com a promulgação da Constituição de 1988⁹. No entanto, a influência do projeto neoliberal, especialmente na América Latina, na última década do século XX,

⁶ Neste artigo, o termo “déficit” é apresentado entre aspas ou precedido pela palavra “suposto”, pois não considera a Previdência Social brasileira deficitária. A ideia de “déficit”, não é consenso (TEIXEIRA, 2004). Existe uma leitura equivocada da Seguridade Social, pois a Previdência é, erroneamente, tratada de forma isolada e não como uma das partes do conjunto da Seguridade. Sendo assim, não se pode considerar correto, à luz da legislação, falar em “déficit” da Previdência. O que tem prejudicado o superávit das contas da Seguridade Social é o desvio de recursos mediante o mecanismo da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para pagamento dos juros elevadíssimos da dívida pública (GENTIL, 2007).

⁷ Os neoliberais são contrários à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais e defendem a privatização do financiamento e da produção dos serviços; os cortes dos gastos sociais; a eliminação dos programas e a redução dos benefícios; e a canalização dos gastos para os grupos carentes; (LAURELL, 1995). Entretanto, o resultado das políticas neoliberais é desastroso, promovendo o aumento da pobreza e da insegurança social (HABERMAS, 2001).

⁸ Segundo Sandroni (2005), o Estado de Bem-Estar Social é uma visão sócio-econômica baseado na acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais. Trata-se de uma fonte de poder vital (ESPING-ANDERSEN, 1991). Para Boschetti (2003), a Seguridade é um dos principais mecanismos de promoção da igualdade.

⁹ Na Constituição de 1988 foi institucionalizado o conceito Seguridade Social para designar uma forma nova e ampliada de implementar e articular políticas já existentes no Brasil desde o início do século XX. De acordo com a Constituição, em seu artigo 194, a Seguridade Social Brasileira define-se como um conjunto integrado de ações, de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social e ao Seguro-Desemprego. Outro aspecto importante de se ressaltar sobre a Proteção Social diz respeito ao estabelecimento de um orçamento global para a Seguridade Social. Segundo o artigo 195 da Constituição, o financiamento do sistema se dá através da contribuição sobre a folha de pagamento de salários (INSS de empregados, empregadores e trabalhadores autônomos), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), pela receita de concursos de prognósticos, pelo PIS/Pasep e pela Contribuição para o financiamento da seguridade (Cofins). Esses recursos devem ser partilhados pela Previdência Social, Assistência e Saúde, com exceção dos recursos do PIS/Pasep, vinculado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).



provocou graves danos sócio-econômicos, principalmente no que diz respeito às suas políticas sociais. Diante desse cenário, surgiram questionamentos acerca do papel do Estado em relação à gestão do sistema previdenciário. No Brasil, esse processo se materializou nas reformas previdenciárias promovidas pelos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva, que atenderam, de certa forma, aos anseios do mercado, sendo determinadas por posições neoliberais. Para os defensores do Estado mínimo, a crise fiscal vivenciada por diversos países é o argumento suficientemente forte para justificar a redução das despesas do Estado, sendo a Previdência Social o alvo favorito dos neoliberais, bastante interessados na ampliação dos sistemas de previdência através da modalidade de capitalização e na disseminação de fundos de pensão privados e públicos que possam gerar um volume de capital a serviço do mercado financeiro (CHESNAIS, 2006).

A Previdência Social brasileira vem sendo questionada nos últimos anos devido ao suposto fato de ter perdido sua capacidade de autofinanciamento¹⁰. A explicação para a crise da Previdência envolve questões relacionadas ao mercado de trabalho e às mudanças demográficas vivenciadas no Brasil nos últimos anos. A elevada taxa de desemprego, motivada pela crise econômica das décadas de 1980 e 1990 e pelo crescimento insignificante do PIB no início deste século, aliada à flexibilização do mercado de trabalho, promoveu o aumento do trabalho informal e a redução gradativa da base de arrecadação dos impostos referentes à Previdência Social. Essa crise foi responsável ainda pelo aumento das despesas dos benefícios em função do crescimento da demanda de caráter assistencial. Para agravar a situação, a ampliação da expectativa de vida dos brasileiros tem aumentado o número de beneficiários da Previdência e a ampliação do tempo em que esses benefícios são pagos aos aposentados.

Alguns argumentos são plausíveis em se tratando das necessidades de uma reforma previdenciária verdadeira e justa em termos sociais, destacando-se, prioritariamente, a necessidade de melhorar a gestão do sistema previdenciário; o combate mais implacável contra a sonegação e fraude; a aplicação mais eficaz das punições estabelecidas pela lei no que diz respeito aos crimes que envolvem a Previdência; a melhoria do processo de arrecadação; o fim dos verdadeiros privilégios; a necessidade de ampliação da cobertura previdenciária para parcela significativa da população que vive à margem da Seguridade

¹⁰ O sistema previdenciário seria deficitário apenas se fossem considerados os recursos oriundos das contribuições para o INSS e desconsiderando a base constitucional, que insere a Previdência Social como parte integrante da Seguridade Social, portanto sujeita a receber recursos de outras contribuições e, em último caso, aportes de recursos da União.



Social; além da importância social da Seguridade em função de sua capacidade de promover uma justa transferência de renda e de combater a pobreza. Entretanto, o enfoque dado pelos reformistas a qualquer custo da Previdência Social indica argumentos questionáveis, seja pela inverdade da argumentação, seja pelo viés neoliberal contido nas proposições.

O maior motivo declarado pelos defensores de uma ampla reforma na Previdência, o seu “déficit”, não é consenso entre todos os envolvidos nesta discussão. Isso é gerado por uma leitura equivocada dos dados das receitas e despesas da Seguridade Social, pois a Previdência é, erroneamente, considerada separadamente e não como uma das partes do conjunto dessa Seguridade. Essa forma equivocada de se ler a legislação alimenta o discurso sobre os problemas do suposto déficit previdenciário gerado por despesas muito elevadas que se agravariam de acordo com o envelhecimento da população. “Intelectuais, políticos, a imprensa de modo geral, muitos sem o menor conhecimento do assunto, proclamam a sua necessidade sem sequer discutir do que se trata.” (TEIXEIRA, 2004).

Somente uma análise mais detalhada permite perceber que o sistema previdenciário brasileiro não se encontra com problemas financeiros na atualidade e, ao contrário do que se é divulgado, não deverá ter problemas no futuro, levando-se em conta as regras da Seguridade Social aprovadas na Constituição de 1988. (GENTIL, 2007, p. 174).

Sendo assim, não se pode considerar correto, à luz da legislação, falar separadamente de “déficit” da Previdência. Caso as contas do sistema de Seguridade Social fossem realmente deficitárias, o que não são, bastaria olhar com atenção a Constituição de 1988, onde está determinado que o governo deve participar com recursos do orçamento fiscal para atender as necessidades da Seguridade Social, caso as contribuições não sejam suficientes para cobrir os gastos.

Assim, ao se falar em “déficit” ou superávit, seria necessário considerar as receitas e despesas deste conjunto e não somente a arrecadação do INSS e as respectivas despesas com benefícios previdenciários e assistenciais. Os defensores da reforma previdenciária a qualquer custo, para convencer de seus argumentos sobre o tal “déficit”, levam em conta apenas o saldo previdenciário, fruto da diferença entre a receita proveniente de contribuições ao INSS sobre os rendimentos do trabalho e o total dos benefícios previdenciários pagos. Esse cálculo não é correto do ponto de vista constitucional. Ele não considera como receitas previdenciárias todas as contribuições previstas pelo artigo 195 da Constituição Federal, conforme pode ser visto na tabela a seguir.



Resultado da Seguridade Social – 2000 a 2006 (valores correntes em R\$ milhões)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
RECEITA⁽¹⁾							
Contribuição p/ o INSS	55.715	61.060	71.028	80.730	93.765	108.434	123.520
COFINS	38.707	45.507	50.913	58.216	77.593	87.902	92.475
CPMF	14.395	17.157	20.265	22.987	26.340	29.230	32.090
CSLL	8.750	9.016	12.507	16.200	19.575	26.323	28.116
Concursos de prognóstico	923	1.028	1.062	1.276	1.450	1.564	1.410
PIS/PASEP	5.791	6.700	7.498	10.011	11.650	13.228	14.566
TOTAL DA RECEITA⁽²⁾	124.281	140.468	163.273	189.420	230.373	266.681	292.177
DESPESA⁽³⁾							
Assistência Social	4.442	5.298	6.513	8.416	13.863	15.806	21.551
Saúde	20.270	23.634	25.435	27.172	32.973	36.483	39.736
Previdência ⁽⁴⁾	67.544	77.584	89.380	109.625	125.901	144.918	168.009
Abono e Seguro-Desemprego	4.636	5.635	7.062	8.074	9.471	11.337	11.927
TOTAL DA DESPESA	96.892	112.151	128.390	153.287	182.208	208.544	241.223
RECEITA – DESPESA	27.389	28.317	34.883	36.133	48.165	58.137	50.954
RECEITA C/DRU⁽⁵⁾ – DESPESA	13.675	12.435	16.434	14.395	20.844	26.488	17.222

Elaboração própria. Fonte: Gentil (2007, p. 178)

(1) Exclui a Contribuição à Seguridade Social do Servidor Público e a contribuição ao custeio de pensões militares.

(2) Inclui apenas 60% da receita com PIS e PASEP. Os 40% restantes são destinados ao BNDES.

(3) Despesa líquida e paga por função, inclusive pessoal e dívida. Seguro-desemprego é da função trabalho, mas é um evento da Seguridade Social. Excluídas as despesas com FAT.

(4) Estão excluídos os gastos com inativos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) civis e militares.

(5) Receita total deduzida da DRU. OBS: A Contribuição para a Previdência Social não está sujeita a DRU.

Por trás do discurso alarmante do suposto déficit previdenciário estão aqueles que querem acabar com as grandes conquistas sociais do período posterior à ditadura militar, alcançadas a partir da implantação de uma ampla Seguridade Social. Um sistema universal, onde todo e qualquer cidadão, independentemente de contribuição, pode ter acesso à Saúde, Assistência e à Previdência. O sistema de Seguridade Social tem se mostrado superavitário. Em 2006, por exemplo, o excedente de recursos foi de R\$ 50,9 bilhões. O que tem prejudicado o superávit das contas da Seguridade Social é o desvio de recursos mediante o mecanismo da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Entre 2000 e 2006 o desvio de recursos da Seguridade superou o gasto anual com a Saúde. Portanto, não é a Previdência que impede a realização de investimentos para a promoção do crescimento econômico; é a política econômica que atinge a Previdência, a Saúde e a Assistência Social, retirando-lhes recursos e precarizando serviços essenciais (GENTIL, 2007, p.180).

Segundo Silva (2004), a imprensa conservadora, de linha neoliberal, insiste na visão negativa do sistema previdenciário público de repartição e tenta convencer que a



noção de mérito individual, onde cada trabalhador financia seu próprio futuro e recebe de acordo com suas contribuições, é a melhor opção. Defensora da lógica mercantil, a imprensa prega o regime de capitalização.

A Análise do Discurso Crítica do OESP

A Análise do Discurso Crítica aqui promovida, baseada no modelo tridimensional de Fairclough (2008), é constituída das análises textual, discursiva e social. Para esse autor, o discurso é o uso da linguagem e se configura como prática social, política e ideológica. Portanto, a linguagem não é neutra. Assim sendo, a análise de discurso crítica deve ser um empreendimento interdisciplinar e necessita posicionar-se a favor de um elemento de “Consciência Linguística Crítica”, tornando os indivíduos conscientes da prática em que estão envolvidos. O quadro a seguir resume as categorias utilizadas na análise do corpus.

Análise tridimensional do discurso proposta por Fairclough (2008)

ANÁLISE TEXTUAL	TÓPICOS
Controle interacional Estrutura textual	Polidez: os atos da fala podem ser ameaçadores para a face do locutor e mediante ao uso de polidez pode se mitigar tal ato. A polidez pode ser positiva – demonstrando simpatia, solidariedade, afeição etc. – ou negativa – mostrando respeito pela privacidade.
	Ethos: é a identidade social ou do “eu” (subjetividade), a qual é estabelecida pelo seu estilo verbal e pela interdiscursividade.
Gramática	Transitividade: existem dois tipos de processos, o relacional entre os participantes, sendo este marcado pelos verbos (ser, ter, tornar-se) e o de ação onde um agente age em direção a um objetivo (passivamente ou ativamente).
	Modalidade: são os tempos verbais, os verbos auxiliares modais, os advérbios modais e seus adjetivos equivalentes, além de termos como “uma espécie de”. A modalidade, quanto a sua afinidade, pode ser subjetiva – orações que possuem verbos como: penso, acho, acredito; de indeterminação – uso de termos como “certo grau de” entre outros; objetiva – oculta se a subjetividade; e categórica – por intermédio de asserções positivas e negativas e com pouco uso de elementos modalizantes (verbos auxiliares modais etc.).
Vocabulário	Significado de palavras: os produtores fazem escolhas sobre como usar uma palavra e expressar um significado por meio de palavras, e os intérpretes devem decidir sobre como interpretar as escolhas que produtores fizeram.
	Metáfora: figura de linguagem na qual há a substituição de um termo por outro. Ao escolher utilizar uma metáfora em detrimento de outra palavra, constrói-se uma realidade e não outra.
ANÁLISE DISCURSIVA	TÓPICOS
Produção do texto	Interdiscursividade: todo texto (discurso) inspirou-se, formou-se a partir de outros, ou seja, nenhum texto (discurso) é totalmente original. Portanto, mesmo que não explicitada a proveniência de outros textos, estes se fazem presentes.



	Intertextualidade manifesta: ocorre quando um texto recorre explicitamente a outros textos específicos.
Distribuição do texto	Cadeias intertextuais: acontecem quando um tipo de texto é transformado em outro tipo de texto, por exemplo as consultas médicas que são transformadas no registro médico.
Consumo do texto	Coerência: texto coerente é um texto cuja as partes constituintes são relacionadas com sentido. Porém, um texto só faz sentido para alguém que nele vê sentido, que é capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de marcadores de explícitos.
ANÁLISE SOCIAL	TÓPICOS
Matriz social do discurso	Especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social e discursiva.
Ordens do discurso	Explicitar o relacionamento da instância da prática social e discursiva com as ordens de discurso que ela descreve e os efeitos de reprodução e transformação das ordens de discurso para as quais colaborou.
Efeitos ideológicos e políticos do discurso	Focalizar os seguintes efeitos ideológicos e hegemônicos particulares: sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais (eu).

Elaboração Própria. Fonte – Fairclough (2008).

Em sua cobertura sobre a Previdência Social brasileira, OESP utiliza suas estratégias retóricas, normalmente exageradas, sofisticadas e catastróficas para propagar as suas convicções doutrinárias e ideológicas¹¹. Ao propor uma mudança no sistema previdenciário, por esse ser supostamente insustentável do ponto de vista financeiro, o jornal realiza um *ato ameaçador da face* (FAIRCLOUGH, 2008). Porém, quando o veículo afirma que essa alteração irá promover o equilíbrio das contas previdenciárias¹², na verdade está utilizando uma *ação reparadora com polidez positiva* (FAIRCLOUGH, 2008), fingindo proteger a face positiva de seus leitores, transmitindo uma suposta preocupação com o bem-estar da sociedade.

A repetição dos argumentos é outra prática amplamente utilizada pelo OESP, principalmente para enfatizar o suposto déficit previdenciário. Ao longo dos quatro meses de cobertura, 63 dos 250 textos analisados se referiram a Previdência enquanto “deficitária”, exigindo muito da capacidade do leitor em inferir o que significa esse “déficit” e se tal afirmação é verdadeira, pois o conceito de “déficit” da Previdência apresentado pelo OESP é questionável e demanda do *consumidor do texto* (FAIRCLOUGH, 2008) um conhecimento amplo sobre a legislação vigente.

¹¹ Segundo Fonseca (2001), o jornal procura falar, em nome da “nação”, da “sociedade brasileira”, do “bem comum”, quando na verdade, defende posições neoliberais.

¹² Para OESP, a reforma previdenciária é necessária para a sobrevivência do sistema e para gerar excedentes de recursos que promoveriam a aceleração do crescimento econômico.



As notícias, reportagens e entrevistas, que muitos acreditam ser textos imparciais, também expressam enfaticamente o posicionamento do jornal e dos jornalistas do OESP sobre a questão previdenciária. A partir de uma *intertextualidade manifesta* (FAIRCLOUGH, 2008), a construção dos textos recorre a opinião e informação de fontes escolhidas que, sabidamente, têm posicionamentos semelhantes ao do jornal. Esse artifício pode ser exemplificado pela reportagem “Economista duvida da meta”, escrita por Patrícia Campos Mello.

O economista-chefe do Banco Goldman Sachs (...), Paulo Leme, afirmou ontem que (...) “Sem ajuste fiscal e reforma da Previdência, duvido que o Brasil consiga crescer 4% ao ano de forma sustentável (...)”. (OESP, 02.11.2006).

A seleção criteriosa dos seus articulistas é outra preocupação do OESP. No artigo “Crescer aos poucos”, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg defende a redução de gastos com a Seguridade Social. Além disso, o articulista antecipa seus interlocutores e emprega a tradicional tática de um jornal que tem como público alvo a classe média ao apelar para a “fobia” dos impostos, especificando assim a sua *distribuição textual* (FAIRCLOUGH, 2008).

(...) ou se gastava com assistência social e com o salário mínimo ou com novos investimentos. Por mais meritória que se seja a política social, ela não sai de graça. Custa dinheiro, é dinheiro pago pelo contribuinte. (OESP, 25.12.2006).

Uma das práticas frequentemente utilizadas pelo OESP para desqualificar a estrutura atual da Previdência Social brasileira é a utilização de termos e expressões de forte impacto que, de alguma maneira, adjetivaram de forma pejorativa esse sistema, configurando o uso do *vocabulário* (FAIRCLOUGH, 2008) enquanto possuidor de sentido ideológico e político. Entre as palavras encontradas, “rombo” foi a mais utilizada para desqualificar a Previdência. O jornalista Celso Ming, articulista fixo do OESP, utiliza essa prática. Um dos pontos altos em sua coluna diária se deu no artigo “O pacote e os velhinhos”.

Lula já mencionou que pelo menos 7 milhões entre os atuais 25 milhões de aposentados não contribuíram para a Previdência. (...) Ganham como aposentados o equivalente a um salário mínimo (...) por mês. Só essa gente



provoca rombo de R\$ 31,8 bilhões por ano na Previdência. (OESP, 06.12.2006).

No trecho anteriormente citado, a partir da *intertextualidade manifesta*, modificou-se a *distribuição do texto*, ampliando assim sua *cadeia intertextual* (FAIRCLOUGH, 2008), pois a fala do presidente Lula aumentou sua rede de interlocutores ao tornar-se parte do artigo. Pode se destacar ainda que a partir da edição da fala do presidente, do uso da palavra “rombo” e da expressão “essa gente”, o articulista acaba por se atribuir uma identidade, a de agente neoliberal, tipificando o conceito de *ethos* (FAIRCLOUGH, 2008). “Essa gente”, apontada pelo articulista, trata-se de aposentados que não tiveram como contribuir para a Previdência Social ao longo de suas vidas laborais, seja por terem sido trabalhadores urbanos que não conseguiram se formalizar, seja por serem trabalhadores rurais humildes espalhados em nossa imensa zona rural.

Não satisfeito, no artigo “Contrabando previdenciário”, o jornalista Celso Ming continua sua cruzada contra os aposentados.

Um dos contrabandos foi enfiado nas contas previdenciárias pela Constituição de 1988, que resolveu pagar aposentadoria pelo piso mínimo (...) aos trabalhadores rurais (...). Outro foi a aposentadoria por idade para quem nunca contribuiu. (...) Isso não é só uma injustiça para quem contribuiu; é, também, chamá-lo de trouxa por contribuir. (OESP, 31.01.2007).

O uso da *metáfora* (FAIRCLOUGH, 2008) “contrabandos”¹³ faz com que os leitores creiam numa suposta ilegalidade dos dispositivos constitucionais citados. O articulista trata esses aposentados como pessoas que simplesmente não quiseram contribuir propositadamente, pois receberiam o benefício de qualquer maneira. Outra tática bastante questionável do jornalista Celso Ming, que pode ser verificada no artigo anterior, foi jogar o não-contribuinte contra o contribuinte, chamando este de “trouxa por contribuir”¹⁴.

Uma das maneiras de convencer alguém a apoiar determinadas posições se dá mediante a desqualificação daqueles que possuem posicionamentos diferentes. Em “Salário mínimo, desinformação máxima”, o ex-ministro e articulista Maílson da Nóbrega liga sua “metralhadora” e “atira” para todos os lados, desqualificando sindicalistas, políticos, juízes e pessoas de diversos setores, finalizando seu ataque na Constituição de 1988.

¹³ O que articulista chama de “contrabandos” são leis aprovadas pelo Congresso Nacional que levaram o benefício da aposentadoria a pessoas idosas que não têm nenhuma outra fonte de renda.

¹⁴ O maior caráter social dos impostos é promover uma justa distribuição de renda.



Acreditemos que é de boa-fé a proposta dos líderes sindicais. Segue-se, então, que não teriam recebido educação para poder avaliar as conseqüências desastrosas da idéia. (...) O mesmo se vê entre políticos, militantes da esquerda, gente do governo e juízes. A causa é uma só: deficiências da educação. Os equívocos da Constituição de 1988 constituem exemplo do despreparo de seus líderes (...). (OESP, 17.12.2006).

Caso o ex-ministro tivesse iniciado o trecho anterior com o verbo acreditar conjugado em primeira pessoa do singular, poderia ter demonstrado uma opinião exclusivamente sua. No entanto, ao empregar o verbo na terceira pessoa do plural, estende a *modalidade subjetiva* (FAIRCLOUGH, 2008) do eu para nós, criando a ideia de afinidade e consenso entre o articulista e o leitor.

Ao tratar sobre a Previdência no Brasil, muitas vezes OESP passa a falsa impressão de que o nosso sistema é semelhante aos dos países escandinavos, conhecidos por uma Seguridade Social invejável. No editorial “Generosidade Insustentável”, OESP dizia que “(...) o sistema brasileiro, a despeito das últimas reformas, é generoso demais, quando comparado com o de outros países (...)” (OESP, 05.11.2006). Em “O pacote e os velhinhos”, o jornalista e articulista Celso Ming apoia um mecanismo para reduzir essa “imensa generosidade” da Previdência Social brasileira.

Raul Velloso também tinha chegado aí. (...) Para ele, não há nenhuma obrigação de que essas pseudo-aposentadorias sejam contempladas com reajustes do salário mínimo acima da inflação. Ou, puxando para um certo grau de crueldade, quando o Tesouro estivesse em situação complicada, essas mensalidades distribuídas como assistência social não passariam do que o Tesouro pudesse pagar. (OESP, 06.12.2006).

Essas “pseudo-aposentadorias”, indicadas por Celso Ming, seriam dadas conforme a possibilidade do Tesouro Nacional. Nessa situação, o beneficiário teria que tentar sobreviver sem saber o valor futuro a ser recebido. Com o uso da expressão “certo grau de crueldade”, o jornalista utiliza uma *modalidade de indeterminação* (FAIRCLOUGH, 2008) com propósitos retóricos de não ferir ou impactar negativamente o leitor. O articulista não crê que tal situação implique em crueldade, trata-se, para ele, da pura realidade. Celso Ming prega ainda a desvinculação dos reajustes do salário mínimo pela inflação em relação aos benefícios previdenciários¹⁵.

¹⁵ Durante anos o salário mínimo perdeu poder aquisitivo e os benefícios previdenciários não fugiram à regra por estarem vinculados a ele. Não seria justo agora que o salário mínimo tem recebido reajustes acima da inflação, o que promove ganhos reais aos assalariados, fosse o mesmo desvinculado dos benefícios previdenciários.

Para conquistar apoio, OESP costuma incitar o antagonismo das classes média e alta, seu público-alvo, contra as classes populares. O editorial “As perdas da classe média” incita um posicionamento de revolta contra as camadas mais baixas da população.

(...) essa política tem sido cruel para a classe média, pois a tributa excessivamente, comprime sua renda, corta seus empregos e, pior, corrói sua esperança de vida melhor. (...) Lula fartou-se de referir-se aos benefícios auferidos pelas camadas mais pobres da população (...) mas silenciou a respeito do preço que o modelo por ele colocado em prática impôs e está impondo a outros setores da sociedade. (OESP, 17.11.2006).

Nesse caso, mediante uma *transitividade ativa* (FAIRCLOUGH, 2008), o editorialista destaca a relação de Lula, agente da voz ativa, para com a sociedade. Através dos verbos “fartou” e “silenciou”, o editorial associa, respectivamente, uma relação positiva entre o presidente e as camadas mais pobres da população e negativa entre Lula e os outros setores da sociedade, as classes média e alta.

Para esse jornal, o grande culpado pelo suposto déficit da Previdência Social é o trabalhador. Na visão do OESP, as entidades de classe ligadas aos trabalhadores são intransigentes na discussão sobre a reforma da Previdência, enquanto os representantes das entidades patronais são tratados como pacificadores e dispostos ao diálogo. Essa posição esta presente na reportagem “Centrais sindicais vão resistir a mudança de regras”. Já no título se verifica uma *transitividade ativa* que evidencia uma suposta indisposição de negociação das centrais sindicais. Com isso o jornal posiciona-se favoravelmente as mudanças de regras previdenciárias.

É praticamente nula a disposição dos representantes de trabalhadores (...) de mudar regras de acesso à aposentadoria (...) não aceitam discutir qualquer regra que implique perdas (...)Do lado dos empresários, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, diz estar aberto a debater e mudar regras (...) (OESP, 04.02.2007).

Nas páginas do OESP, freqüentemente são defendidas ideias que deveriam balizar a reforma previdenciária. O então presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio SP), Abram Szajman, em seu artigo “Por um novo modelo previdenciário”, destaca algumas dessas posições.

(...) para as aposentadorias até um certo teto, (...) continuaria em vigor o regime de repartição; para as aposentadorias acima (...) seria instituído o regime de capitalização. (...)Esta proposta almeja, principalmente, ser vista

sem preconceitos ideológicos e partidários. Acreditamos que sua implementação retirará um importante obstáculo ao crescimento. (OESP, 25.01.2007).

Ao fazer uso do *vocabulário* (obstáculo) e das *modalidades subjetiva* (acreditamos) e *de indeterminação* (até um certo teto), o trecho anterior sugere mudanças de caráter mercadológico para a Previdência Social, principalmente em se tratando de promover mecanismos que incentivem a contratação de serviços de previdência privada através da redução do conceito de repartição solidária e da adoção do mecanismo de capitalização¹⁶. O articulista ainda tenta forçar o descolamento de suas ideias de questões partidárias e ideológicas. Entretanto, no permanente embate de classes, o caráter das propostas sugeridas possui elevado teor ideológico, relacionado a um viés neoliberal, que tenta mercantilizar tudo o que for possível na sociedade. Além disso, ao atribuir à Seguridade Social a capacidade de impedir o crescimento econômico, o artigo abraça o discurso dos economistas neoliberais, que exigem a transformação do Estado Social em Estado mínimo.

Muitas das propostas sobre a reforma previdenciária apresentadas nas páginas do OESP estão relacionadas ao processo de mercantilização da Previdência Social no Brasil. Na reportagem “Previdência é a chave do futuro”, de autoria do jornalista Marcelo Rehder, o ex-ministro da Previdência no governo FHC, José Cechin, proferiu um discurso pró-regime de capitalização previdenciária. Já no título, o uso da *metáfora* “chave”, que se relaciona semanticamente com a ideia de abrir portas, indica a necessidade da reforma da previdência para promover o crescimento econômico.

Cechin defende a adoção de um sistema de capitalização em que os trabalhadores se tornam sócios do progresso. (...), “faria com que o mercado de capital se desenvolvesse e a economia deslanchasse”, defende. Além de falido, o atual modelo brasileiro custa caro. (...) É o triplo do custo previdenciário do Chile, cujo modelo serviu de inspiração para a proposta do ex-ministro. (OESP, 27.11.2006).

Para o ex-ministro, a solução seria a adoção do regime de capitalização da Previdência, modelo neoliberal adotado pelo Chile, que apresenta sérios problemas naquele país. Mais curiosa ainda é a declaração do ex-ministro José Cechin afirmando que o sistema de capitalização torna os trabalhadores “sócios” do progresso do Brasil, em uma

¹⁶ No regime de repartição solidária os trabalhadores de hoje financiam os benefícios dos aposentados. No regime de capitalização cada trabalhador forma sua própria poupança para quando se aposentar.



clara tentativa de convencer a todos de que o sistema de capitalização é o mais adequado, pois contribuiria para promover o desenvolvimento econômico.

Uma das visões mais típicas do ideário neoliberal é a de que os benefícios da Seguridade Social podem fazer com que a população, principalmente mais pobre, se acomode na busca pelo trabalho e do crescimento pessoal. No artigo “Multiplicando a pobreza”, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg utiliza essa argumentação para tentar convencer seus leitores de sua visão sobre a Proteção Social.

Programas sociais destinam-se a tirar as pessoas da pobreza. Estes não apenas mantêm a pobreza no médio prazo, como a multiplicam. Estimulam o crescimento demográfico em meio a uma pobreza crescente. (...) será a opção econômica mais racional buscar benefícios do governo do que buscar trabalho. (OESP, 29.01.2007).

Em seus argumentos estão reunidas posições típicas da identidade neoliberal (*ethos*). Do ponto de vista científico, nunca foi comprovado que os benefícios previdenciários de tipo assistencialista perpetuam a pobreza, estimulam a ociosidade e, no caso relatado, levam ao crescimento demográfico.

Considerações Finais

Os sistemas mais justos de Seguridade Social estão sendo desmontados. Embora ainda falhos, as diversas concepções de Bem-Estar Social sofrem ataques fortíssimos por parte das posições neoliberais, numa tentativa de destroçar esse importante mecanismo de proteção dos trabalhadores. Na realidade brasileira, a Seguridade Social também vem sendo questionada e desmontada, sendo que o componente mais atacado desse sistema é a Previdência Social, destacada por muitos analistas de mercado como a “grande vilã” do baixo crescimento da economia brasileira.

Entre os arautos dos novos tempos está a imprensa, que anuncia e propaga as ideias desenvolvidas no âmbito do pensamento neoliberal. No Brasil, esse papel é exercido por grande parte das empresas capitalistas de informação, destacando-se, nesse contexto, o jornal OESP. No caso da Seguridade Social, esse jornal insiste com vigor na reestruturação profunda da Previdência.

Entretanto, as questões pontuadas pelo OESP não aparecem sempre de maneira transparente. Existem muitos elementos impressos nas páginas desse jornal que só podem ser lidos nas entrelinhas do discurso, exigindo uma análise mais aprofundada que possibilite a real interpretação sobre a forma como essa empresa de comunicação se



posiciona para defender as propostas da agenda neoliberal. OESP sabe perfeitamente fazer o discurso que convence e agrada seu público-alvo, a elite nacional, através da propagação dos princípios liberais burgueses que beneficiam única e exclusivamente a manutenção do *status quo* exercido por essas classes dominantes.

Referências

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, vol. 15, nº. 1, p. 57-96, jan. 2003.

CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In *La finança capitalista*. Tradução Rosa Maria Marques. Paris, PUF, 2006.

DUGNANI, Rodrigo. A influência neoliberal na imprensa: a cobertura do jornal O Estado de S. Paulo sobre a Previdência Social brasileira. In: *RODRIGUES, Gilberto (org.). 200 anos de imprensa no Brasil*. Revista Leopoldianum, nº 94. Santos: UNISANTOS, 2009.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. In: *Lua Nova*, São Paulo, nº. 24, 1991.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UnB, 2008.

FONSECA, Francisco César Pinto da. A agenda da transformação: a grande imprensa e a hegemonia neoliberal no Brasil. *Série Relatórios de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, nº. 55, 2001.

GENTIL, Denise Lobato. Política econômica e Seguridade Social no período pós-1994. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, CESIT – Instituto de Economia da Unicamp, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico*. São Paulo: EDUSP, 1996.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1995.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1989.

SILVA, Ademir Alves da. A reforma da previdência social brasileira: entre o direito social e o mercado. *São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, São Paulo, vol. 18, nº. 3, 2004.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TEIXEIRA, Aloísio. “Prefácio”. In: ARAÚJO, Odília Sousa de. *A Reforma da Previdência Social Brasileira no contexto das reformas do Estado: 1988 a 1998*. Natal: EDUFRN, Editora da UFRN, 2004.